

Gestão da Comunicação – Terceiro Setor, Organizações Não-Governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania

Coordenação: Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa - Escola de Comunicações e Artes

Profa. Dra. Roseli Figaro Paulino

Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

Profa. Dra. Gisela Castro

Profa. Dra. Maria Lordes Motter (in memorian)

Resumo – *Terceiro Setor, Organizações Não-Governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania* – é o título do último livro publicado pelos professores do Curso de Especialização em Gestão da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes, da USP. É nosso objetivo trazer para a Intercom - 2007 as discussões desenvolvidas neste trabalho, avaliando com profundidade e espírito crítico o chamado Terceiro Setor - formado por ações que se situam para além das esferas do Estado e da iniciativa privada e que recebem os diferentes designações de responsabilidade social, organizações não-governamentais, ações alternativas, nova cidadania, marketing social e marketing cultural. Esse tema, que preocupa especialmente os profissionais ligados à intervenção social – comunicadores, sociólogos, administradores, economistas e ambientalistas - tem desafiado os pesquisadores a precisar conceitos, numa tentativa de distinguir as novas formas de organização da sociedade, discutindo suas origens, princípios, equívocos e méritos.

Palavras-chave: Gestão da comunicação, terceiro setor, cidadania, responsabilidade social

Neoliberalismo e o Estado Mínimo – Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa

Responsabilidade social das empresas, filantropia, organizações não-governamentais, marketing cultural, mecenato, ações sem finalidade lucrativa, são alguns dos conceitos que passaram a fazer parte do jargão de quem trabalha com administração de empresas, com iniciativas de caráter social e até com políticas públicas. Dizem respeito, com pequenas diferenças, a uma série de iniciativas que compõem o chamado Terceiro Setor – ou seja, uma área da sociedade que não é

iminentemente pública nem privada, mas que se caracteriza por formas de atuação conjunta de agentes, instituições, empresas e organizações de natureza particular e pública, com recursos materiais privados e finalidade pública ou social.

Trata-se de iniciativas em favor do bem comum – preservação ambiental, educação popular, socorro a populações carentes, conservação de patrimônios culturais, atendimento a comunidades em risco, socorro a vítimas de catástrofes naturais, inclusão tecnológica – cuja ação exige rapidez, eficiência e alocação de recursos materiais e humanos. Exige também motivação e vontade política dos envolvidos, além de apoio da comunidade. Em se tratando do bem comum, ou seja, de ações que devem beneficiar não apenas os imediatamente envolvidos, mas a sociedade como um todo, em curto ou médio prazo, essas atividades deveriam ser prerrogativas do Estado, também reconhecido como Primeiro Setor, e não das empresas privadas voltadas a seus interesses particulares, constituintes do chamado Segundo Setor. Isso porque, embora seja relativo do ponto de vista histórico e contraditório do ponto de vista filosófico¹ definir as funções do Estado, aceita-se comumente como de sua responsabilidade garantir serviços sociais – segurança, educação, saúde – a todos os cidadãos que não possam pagar por eles. Assim, grosso modo, haveria o Segundo Setor voltado para si próprio e o Primeiro Setor responsável pela sociedade como um todo, de onde vem sua soberania decorrente da delegação de poder que lhe fazem os cidadãos e da eficácia com que os representa. Essa tem sido a concepção moderna do Estado em países do Ocidente².

Ocorre que, na última metade do século XX, passou a prevalecer no Ocidente, especialmente com o fim da União Soviética e dos regimes comunistas da Europa Oriental, uma visão política restritiva das funções sociais do Estado, conhecida pelo nome de neoliberalismo. Trata-se de um conjunto de medidas de administração pública, assumidas por diversos governos, tendo como objetivo a defesa do mercado e da economia capitalista, em detrimento da assistência do Estado à população.

Para entendermos o que isso significa, é preciso voltar à Inglaterra do século XVIII, ao surgimento de uma teoria defendida por autores como Adam Smith pregando a liberdade de mercado contra o intervencionismo e o dirigismo econômico do Estado,

¹ MOTTER, Maria Lourdes – *Economia solidária: cooperativismo e organizações não-governamentais* – in: FIGARO, Roseli (org) – ***Gestão da comunicação – no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo*** – São Paulo: Atlas, 2005.

² BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. – *Dicionário crítico de Sociologia* – São Paulo: Ática, 1993, p.205.

ou seja, o livre curso das leis de oferta e procura regulando os preços e a economia como um todo. Esses economistas acreditavam que essas leis, tidas como “naturais”, não deveriam sofrer intervenção do Estado, sob forma de taxas, impostos, monopólios ou subsídios, mas agir livremente estabelecendo o preço das mercadorias, dos serviços e do próprio dinheiro circundante. As funções do Estado deveriam se restringir à defesa das condições necessárias para a ação dessas leis, legislando e administrando os diversos concorrentes que se enfrentam no mercado, sejam eles empresas, nações, salários, moedas ou produtos. Essa teoria ia de encontro à política tradicional de países como Portugal e França que defendiam a existência de um Estado poderoso e regulador da sociedade, inclusive do mercado.

Desde essa época, a história do Ocidente tem visto prevalecer ora uma tendência – estatizante – ora outra – liberalizante – dependendo do momento histórico, da tradição de cada país e do regime político reinante. De uma maneira geral, as políticas públicas mais planejadas, centralizadoras e autoritárias, com uma economia mais controlada, tendem a existir em épocas de crise econômica e política, enquanto políticas mais liberais, com uma economia mais livre e menos controlada pelo governo, costumam ocorrer em períodos de menos conflitos ou guerras.

Na primeira metade do século XX, o Ocidente passou por forte centralização política, quer em países de regime capitalista, como as ditaduras fascistas, quer naqueles de regime comunista, como a União Soviética. Tanto uns como outros procuravam traçar metas econômicas e políticas para as nações, às quais as empresas, privadas ou estatais deveriam estar submetidas por meio de uma legislação bastante intervencionista e controladora. Desse planejamento fazia parte a educação, o uso do meio ambiente, a distribuição de renda, a defesa do território e de seus cidadãos. O Estado tinha uma função gestora iminentemente pública, conforme os ideais humanistas das revoluções populares. Os maiores defensores de uma política estatal centralizada e de uma economia planejada foram os regimes de esquerda, ou comunistas, que reconheciam a propriedade privada, o lucro e o mercado como fontes de injustiça e desigualdade social, contra as quais lutavam. O fim dos regimes comunistas levou o mundo ocidental a tender inexoravelmente para uma volta aos princípios liberalizantes de Adam Smith, tendência essa que ficou conhecida por neoliberalismo.

Por outro lado, a criação da República moderna, também no século XVIII, fortaleceu a idéia do Estado como órgão regulamentador da sociedade, capaz de administrar justiça, paz e igualdade, objetivos que deveriam estar acima dos interesses

particulares e individuais. A idéia de uma oposição intrínseca entre os interesses particulares e as necessidades sociais fez da vida pública e do Estado representativo o setor privilegiado dos regimes republicanos. Não se tratava da defesa de uma “natureza” humana – quer econômica, quer social – mas, ao contrário, da defesa do que é humano contra uma natureza por vezes injusta e até cruel. O Estado, a República e a cultura colocaram o princípio da sociedade humana como superior e controladora da natureza. Corolário desse princípio era a idéia do Estado como uma delegação, uma estrutura arbitrária e contratual criada pelos homens para a realização de suas necessidades sociais de paz e segurança. O neoliberalismo veio abalar também esses princípios humanistas e republicanos da Modernidade e todo um ideário ligado à nação e à cidadania.

Após essa breve passagem pelas tendências políticas predominantes nos séculos XIX e XX, podemos compreender que, em decorrência da emergência do neoliberalismo contemporâneo, as ações do Estado de proteção à população, aos bens públicos, ao território e ao patrimônio cultural, passaram a ser secundárias em relação às suas funções, agora supervalorizadas, de proteção do mercado e das liberdades concorrenciais. Assistimos a um abandono, por parte do Estado, de suas obrigações sociais – promoção da educação, da saúde e da defesa nacional, entre outras – e o recrudescimento de uma postura empresarial que mede cada uma das ações governamentais em termos de custo/benefício, critério tido como prerrogativa da administração empresarial e privada. Assim, ações sociais como educação popular e promoção da habitação deixaram de ser consideradas como investimentos sociais para ser tratadas como custo, dinheiro gasto para alcançar determinados resultados em função dos quais se julga a validade ou não dessas ações.

E, como educação, segurança e saúde são áreas nas quais os resultados só são alcançados em médio prazo – os resultados de uma política educacional ou de defesa ambiental só podem ser avaliados ao longo das gerações – essas foram as funções do Estado que mais sofreram restrições nessa ótica neoliberal, que passou a prevalecer depois da década de 1990.

Assim, as transformações sociais, pelas quais passou o Ocidente a partir da última década do século XX, não afetaram apenas as funções do estado, que se apequenaram, mas interferiram nos valores sociais, na identidade pessoal, nas atribuições de funções entre pessoas e instituições e nos paradoxos da vida social. A economia desregulamentada pelo Estado atingiu níveis de produtividade, crescimento e

lucro inimagináveis, mas os problemas sociais e a exclusão social recrudesceram na mesma medida. Com isso a sensação de caos social, de imprevisibilidade, de agravamento dos problemas e de crise mundial põem em risco o pacto social que, segundo Rousseau, dera origem ao poder do Estado. Como diz Boaventura de Sousa Santos: “o regime geral de valores parece não resistir à crescente fragmentação da sociedade, dividida em múltiplos *apartheids*”.³

Essa é a origem da existência e crescimento do chamado Terceiro Setor, que se configura e se desenvolve à medida que o Estado e as funções públicas deixam de ter importância, em função de uma supervalorização da performance econômica medida por índices que quanto mais crescem menos se traduzem em bem-estar social.

Histórico da Atuação do Terceiro Setor – Profa. Dra. Maria Lourdes

Motter

Há dez anos, Thompson⁴ e um grupo de pesquisadores se reuniram para estudar como funcionavam as ONGs que estavam crescendo de forma muito rápida nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina. Chegaram à conclusão de que as ONGs representavam formas de ação política em oposição ao autoritarismo dos regimes ditatoriais dos governos militares, e verificaram também que elas defendiam os direitos dos cidadãos e os valores democráticos.

Outro aspecto que eles observaram é que as ONGs tinham surgido para servir naquele momento de repressão política, mas que deveriam desaparecer quando a democracia fosse restabelecida e os partidos políticos e os sindicatos, que estavam reprimidos, pudessem voltar a atuar. Além disso, observaram que as ONGs ultrapassavam as organizações e procuravam a participação popular dos excluídos. Além disso, tinham como diferencial o fator não-governamental, não visavam lucro e não possuíam as características beneficentes dos clubes Rotary e Lions, embora fizessem parte da sociedade civil.

Com as mudanças no sistema político o conceito de Terceiro Setor ganha nova configuração: por um lado estava um grupo formado por organizações de caridade e beneficência que cuidava do sentido social, e de outro lado estavam as ONGs, com uma percepção moderna e dirigida para o desenvolvimento social sustentável.

³ SANTOS, Boaventura de Sousa – *Reinventar a democracia* – in: HELLER, **Agnes e outros** – A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI - Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, 40.

⁴ THOMPSON, Andrés. Op. Cit..

Apesar disso as ONGs começam a questionar o seu papel no processo de abertura democrática. Há grandes mudanças nas regras do jogo, voltam à ativa os partidos políticos e sindicatos, enquanto cidadãos readquirem o direito ao voto. Essas organizações percebem a importância da união de todos os setores da sociedade e do governo e buscam resolver os conflitos através do diálogo e de debates democráticos. O Terceiro Setor propicia uma nova maneira de participação, formado por organizações sem fins lucrativos, nas quais os cidadãos participam com liberdade para opinar.

Devido à credibilidade crescente, instituições internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começam a oferecer financiamentos destinados à área social, investindo em políticas públicas para solucionar os problemas sociais que o desenvolvimento econômico não cessa de produzir.

Na verdade, o Terceiro Setor está cada vez mais fortalecido, a ponto de enfrentar o Estado e as empresas para defender o direito de cidadania dos excluídos, e quanto ao setor econômico, o Terceiro Setor, com a sua prestação de serviços, dita as regras de mercado. Sua ligação com o Estado é fundamental para a concretização de políticas públicas-modelo que possam favorecer e multiplicar a produção. Thompson⁵ acredita que o Terceiro Setor não penderá para nenhuma dessas esferas em particular, por isso a dificuldade em definir o conjunto das organizações da sociedade civil.

Nota-se que os órgãos governamentais sempre foram taxados de burocráticos e são pivôs para que muitas empresas inviabilizem projetos e não atuem em parcerias. Mas, se aceitassem com facilidade algumas parcerias, elas não se tornariam um perigo para as próprias empresas e para a sociedade? Não seria esse um caminho para as empresas particulares, encampando o nome do governo, obterem vantagens financeiras? Como as parcerias ainda são muito recentes no país, essa postura só mudará quando houver consenso entre as partes interessadas, quando o caminho for trilhado pela confiança e credibilidade.

As parcerias representam para as empresas participar de uma política social sem que precisem dominar o assunto ou mostrar ligação com o negócio em que atuam. Entretanto, a realidade tem mostrado o contrário, todos querem contribuir com aquilo que fazem de melhor. Se um lado possui competência para cortar custos sem comprometer o projeto e até triplicar os lucros, por que não tê-lo como parceiro?

⁵ Idem.

Essa sinergia é de grande importância, pois o abismo deixado pelo governo em algumas áreas torna oneroso e inviável qualquer projeto social idealizado por uma única instituição; e especialmente quando o parceiro é o governo, a situação torna-se mais difícil. São tantos obstáculos a serem vencidos para realizar e manter as alianças que muitas empresas desistem no meio do caminho. Como em toda união social, as diferenças a serem vencidas são muitas: histórias, culturas, visão de mundo e expectativas diferentes são fatores essenciais, que não devem ser descartados, como ressalta Fischer, pesquisadora Ceats: “(...) a suposta inabilidade das ONGs aborrece as empresas e ambas costumam pactuar uma rejeição pelos órgãos governamentais, vistos como lentos e burocráticos na tomada de decisões. Cada uma dessas partes tem uma maneira peculiar de atuar que causa estranhamento à outra”.⁶

O envolvimento entre os membros da parceria é importante para garantia de sua continuidade. Destaca-se a importância da colaboração nos projetos sociais, não somente dos dirigentes, mas também dos funcionários. Por outro lado, os indivíduos devem verificar o trabalho que está sendo realizado para que, sensibilizados com o problema, explorem o significado de exercitar a cidadania, conheçam bem os parceiros e participem efetivamente da gestão da aliança. O êxito de uma parceria ocorrerá quando os diferentes grupos se compuserem para estabelecer uma aliança para uma entidade do Terceiro Setor.

As parcerias têm força e potencial para a solução dos entraves socioeconômicos. Se obtiverem bons resultados isso significa que houve uma grande vitória, uma sintonia de interesses, um nivelamento entre as partes, os conflitos foram resolvidos, as arestas aplainadas, e isto estabelece uma relação sem dominação de fortes diante de fracos.

Quem é o voluntário brasileiro? – Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

Em pesquisa do ano 2000 intitulada *Doações e trabalho voluntário no Brasil*, Landim e Scalon garantem que o voluntário brasileiro tem na religião sua principal motivação: “A não ser pela influência da participação religiosa, em tudo o mais o perfil do voluntário é o do brasileiro médio, do cidadão comum”, afirmam. Fischer e Falconer confirmam a assertiva, garantindo que o trabalho voluntário é freqüente no comportamento do brasileiro e sofre forte influência dos valores religiosos. Destacam, ainda, que o voluntário tem sido motivado também por aspirações humanitárias de

⁶ GUIA DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA. *Exame*. São Paulo, p. 22-24, dez. 2002, p. 8. Edição especial.

justiça social e de fortalecimento da cidadania. Já Meister observa que existe falta de informações mais aprofundadas sobre o perfil detalhado das pessoas que participam de programas de voluntariado. Descreve, contudo, o perfil do voluntário como uma pessoa movida por princípios de solidariedade e altruísmo, preocupada em ajudar no desenvolvimento social de sua comunidade e do mundo para que haja mais justiça, equilíbrio, paz e respeito com o meio e com a sociedade, através da participação cidadã. Para o autor, tal pessoa deve ter, entre tantos, os seguintes valores: “Ser observadora, criativa, entusiasta, estimuladora, comunicativa, equilibrada, sensível, generosa, amável, cordial, comprometida, responsável, com tempo para agir e capacidade de trabalhar com suas angústias”.

Bianca Furtado, em artigo para o Portal do Voluntário, relembra pesquisa *Ipsos Marplan* de 2004, feita em nove centros urbanos com 50.520, pessoas que aponta o predomínio de mulheres no universo do voluntariado (53% de mulheres para 47% de homens), prevalecendo um alto índice de escolaridade (23% dos voluntários são pós-graduados e 20% deles possuem o ensino superior), sendo que apenas 3% são analfabetos.

Segundo Furtado, além de ajudar a comunidade, o voluntário escolarizado agrega qualidade profissional ao trabalho que desempenha. A análise das informações atualmente disponíveis garante, por outro lado, que existe uma participação equilibrada de representantes de todas as áreas (Exatas, Humanas e Biomédicas). Esse perfil está diretamente relacionado com as características das ações desenvolvidas e às respectivas competências necessárias à execução das mesmas.

As pesquisas disponíveis informam, contudo, que, apesar de sua qualificação profissional, os voluntários submetem-se a trabalhar fora de seu campo tradicional de exercício profissional. O fato leva a parte majoritária dos voluntários a colocar-se disponível para atuar, por exemplo, em áreas de manutenção da infraestrutura das organizações, por meio de serviços em escritórios ou de suporte, em trabalhos que não demandam maiores qualificações por parte de seus operadores.

Quanto ao tipo de trabalho, há os que preferem atuar em equipes e os que preferem ações individualizadas. A participação de cada um varia, na verdade, conforme o interesse ou disponibilidade físico-emocional. Há voluntários, por exemplo, que se contentam em efetuar donativos eventuais, outros se comprometem em financiar os estudos de uma ou mais crianças ao longo de todo um período escolar (*Projeto Russas*, do BankBoston). Há grupos de empregados que se organizam para a formação de um fundo destinado ao financiamento de bens necessários a instituições

diversas, como computadores, livros ou equipamentos médicos (*Programa Citi Esperança*, do Citibank). Outros já desejam ter o prazer de trabalhar diretamente, quer seja efetuando atividades que levem prazer aos beneficiários, como ler um livro para um grupo de idosos, ou aproveitando-se de suas competências profissionais, prestando consultorias gratuitas na área de gestão para os dirigentes dessas organizações sem fins lucrativos (*Programa McKinsey*).

Há ações espontâneas e ações planejadas. Um caso recente de ação voluntária planejada deu-se no *Programa de Voluntariado Empresarial*, que está sendo implantado na unidade brasileira da empresa Alcon Laboratórios. A solicitação para sua montagem foi dos próprios empregados, provenientes principalmente da linha de produção. A ação coordenadora inicial foi desenvolvida pelas áreas de Recursos Humanos (RH) e de Comunicação da empresa. O primeiro passo foi a realização de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, para a identificação do número de interessados, do tipo de ações e públicos beneficiários, bem como do perfil do pessoal interessado tanto em participar como voluntário ou do Comitê Gestor.

Um outro exemplo de programa de voluntariado empresarial planejado que merece ser citado é o *Miniempresa*, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A base de sua execução consiste numa ação voluntária organizada pelos executivos e gerentes da empresa – profissionais das áreas de produção, marketing, finanças, vendas e líderes gerenciais. Os voluntários se reúnem com alunos do 2º. ano do Ensino Médio da rede pública de Volta Redonda (RJ) para transmitir a visão do mercado e compartilhar com os estudantes suas experiências no dia-a-dia dentro de uma empresa desse porte. A partir da formação dos alunos, foram criadas seis mini-empresas estudantis que estimulam o espírito empreendedor e facilitam a escolha de uma profissão e a inserção no mercado de trabalho.

As ações planejadas em empresas têm como principal fonte o espaço dos Recursos Humanos. Os resultados da primeira pesquisa de Responsabilidade Social desenvolvida pela Associação dos Administradores de Pessoal (AAPSA)⁷ apontam que 61% dos responsáveis pela implantação de ações de Programas de Responsabilidade Social e Voluntariado pertencem à área de RH, sendo que 46% dos líderes desse processo ocupam cargos de nível gerencial/coordenação, e 72% defendem que as ações viabilizadas devem ser voltadas para as comunidades de entorno das empresas.

⁷ Ver site da AAPSA - Visões e Práticas de Responsabilidade Social Empresarial – Resumo dos Resultados da 1ª. Pesquisa AAPSA 2005 – Disponível em http://www.jornadaempresarialaapsa.com.br/download/arg_104.pdf. Acessado em 28/04/06.

Resultados de outra pesquisa, desenvolvida em 2003 pela parceria entre o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS) da FIA/USP e a Ford Foundation, já indicavam o peso relevante da área de RH nas ações iniciadoras de projetos: 87% das ações são propostas pela alta direção; 51% pelos diretores de RH; 41% por empregados de diversas áreas e cargos; 26% por encaminhamento da matriz no exterior (multinacionais), e, finalmente, 24% pelo setor de marketing da empresa. Essa pesquisa contribui para destacar a importância da identificação do perfil daqueles tidos como “iniciadores dos processos”, quer seja nas comunidades, quer nas empresas. Esses resultados apontam para a importante influência da área de Gestão de Pessoas no desenvolvimento desses programas, pois pressupõem a definição e identificação das competências dos voluntários e, muitas vezes, o desenvolvimento de novas aptidões quando em atividades voluntárias. Entre tais aptidões, destacam-se a capacidade de liderança, a habilidade para trabalhar em equipe, a criatividade na solução de problemas e conflitos, bem como o grau de auto-estima e o moral da equipe.

As Organizações daqueles que Vivem do Trabalho⁸ - Profa. Dra. Roseli Fígaro Paulino

A realidade do mundo do trabalho é lugar ímpar para discutirmos as políticas de comunicação e cultura ligadas a propostas de organização dos trabalhadores. A mesma disputa que se dá no mundo do trabalho em torno de idéias independentes dos valores impostos pelas empresas, dá-se no âmbito das organizações da sociedade civil. A comunicação tem sido privilegiada para tais disputas. E, apesar do desleal ataque que sofrem as entidades de caráter corporativo – profissional de defesa dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores – há nisso tudo um aspecto positivo. Qual seja, a nítida percepção de que essas entidades tradicionais precisam ser repensadas. A contemporaneidade exige ação mais ágil e dinâmica para que possam responder aos desafios ideológicos e organizativos que lhes foram colocados pela realidade.

Borges, em *Encruzilhada do sindicalismo*⁹, salienta a burocratização e a institucionalização como graves problemas que travam a ação do sindicalismo.

⁸ Esta terminologia é adota por Ricardo Antunes ao discutir o perfil da classe operária e dos trabalhadores contemporâneos. A precarização das relações de trabalho alterou o perfil das categorias profissionais e do poder de barganha que têm em relação ao poder político. Neste sentido, Antunes propõe um denominador comum para caracterizar os trabalhadores na atualidade. C.f. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 6.ed. São Paulo: Boitempo: 2002.

Nogueira¹⁰ afirma a existência do distanciamento entre os objetivos de representação das entidades sindicais [funcionalismo público] e sua real forma de organização, esta baseada na fragmentação por setores, segmentos e no corporativismo de categorias.

É preciso lembrar que muitas dessas entidades tornaram-se ou extensão do Estado ou extensão da empresa. Do ponto de vista da ação política e cultural ainda atuam amarradas às pautas restritas ao grupo profissional, respondendo às demandas do governo e das empresas. Utilizam-se dos recursos dos meios de comunicação de maneira pouco planejada, geralmente obedecendo aos modelos consagrados pelos veículos comerciais. Falta-lhes visão crítica sobre o período histórico em que vivemos. Falta-lhes clareza de quais instrumentos mobilizar e utilizar em benefício de seus objetivos. Falta-lhes uma política de comunicação e cultura baseada em plataforma sólida com objetivos claros a alcançar.

Pode-se definir política de comunicação e cultura¹¹ como um programa de intervenções proposto por instituições civis, pelo Estado, por entidades e/ou grupos privados ou comunitários com o objetivo de suprir carências, abrir perspectivas, promover individual e coletivamente uma determinada comunidade. Ter claro que uma política de comunicação e cultura não supre necessidades apenas materiais, mas, sobretudo, as aspirações intelectuais, humanistas, simbólicas.

Entender uma política de comunicação e cultura nessa acepção é enfrentar questões relevantes e complexas que estão a nos desafiar há um bom tempo. Por exemplo: as práticas culturais patrimonialistas, características da centralização do poder e do tratamento da coisa pública como se fosse um bem privado, muito comum em nossa história, inclusive na atualidade. Ou então as práticas populistas, características da substituição da interlocução política por meio da representação e centralização política em uma única figura. Também cabe citar como exemplo o liberalismo de mercado que propõe a substituição do poder público e do Estado pela única alternativa do Mercado. O momento exige que as entidades de trabalhadores e as entidades do Terceiro Setor coloquem em pauta a democratização não só do acesso como também do processo de

⁹ BORGES, Altamiro. **Encruzilhadas do sindicalismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005, p. 122.

¹⁰ NOGUEIRA, Arnaldo José F. M. **A liberdade desfigurada**. A trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 89.

¹¹ Teixeira Coelho tem uma vasta contribuição no que diz respeito à definição, planejamento e avaliação de políticas culturais. C.f. COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Fapesp/Illuminuras, 1999.

decisão e produção de meios e produtos concernentes a uma política de comunicação e cultura.

Não há modelos prontos e acabados dos quais se possa sacar. Há a história e a experiência do passado para nos ensinar a trilhar novos caminhos. Sem dúvida, as primeiras organizações proletárias brasileiras, organizadas por imigrantes, têm muito a nos ensinar. Elas eram totalmente independentes do Estado e das empresas. Constituíram-se a partir de cotizações com o objetivo da ajuda mútua. O mutualismo foi importante para dar a arrancada na organização política da nascente classe operária. Simultaneamente as associações anarquistas e anarcossindicalistas utilizaram-se de políticas de comunicação e cultura muito objetivas para congregar, politizar e unir seus associados. As atividades eram muito disputadas. Iam da publicação de jornais, livretos de poesia, formação política a inúmeras outras atividades culturais e de apoio à saúde e à educação da família proletária. Geralmente aos sábados, nas sedes das associações acontecia uma vasta programação que incluía declamação de poesia, discurso de lideranças, peças teatrais, apresentações musicais, apresentação do cinematógrafo e até bailes. As atividades ao ar livre também congregavam trabalhadores e seus familiares: jovens, crianças e toda a comunidade. Faziam-se piqueniques nos parques, nas cidades litorâneas, festas nas praças. O importante era congregar, propagandear um ideal e ocupar o espaço público, escapar da segregação aos bairros operários imposta pela elite à população trabalhadora (Foot Hardman).

Esses exemplos são aqui lembrados no afã de que se possa captar o espírito dessas atividades lúdicas, culturais, políticas, vanguardistas muitas vezes, outras de teor um tanto moralista, mas todas em favor de uma lógica, de uma finalidade de circulação de valores e ideais, fortalecendo os laços de sociabilidade e as práticas culturais do grupo. Eram importantes porque abriam espaço para a expressão dos sujeitos. Tinham uma vertente política clara, o que não impedia que tratassem de temas e problemas os mais diversos, tinham uma visão integral do sujeito; reivindicavam para o trabalhador a condição de intelectual, de filósofo, de descortinador do futuro.

Não se trata aqui da defesa de uma cultura de classe ou de uma cultura “pura”. Mas de se colocar em circulação modos e expressões dos diferentes grupos sociais bem como de diferentes pontos de vista sobre a realidade; projetos alternativos de organização social; temas e problemas do cotidiano daqueles que vivem do trabalho.

Bibliografia

AAPSA. *Visões e Práticas de Responsabilidade Social Empresarial – Resumo dos Resultados da 1ª. Pesquisa*. AAPSA 2005. Disponível em:

AYRES, Bruno Ricardo Costa. **Informação, voluntariado e redes digitais**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Comunicação/UFRJ, 2003.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Gestão de Processos Comunicacionais** – São paulo: Atlas, 2000.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984

CARVALHO, Cynthia Paes de & OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Centros de Voluntários: transformando necessidade em oportunidades de ação**. São Paulo: Programa de Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, PNUD, 2000

COSTA, Cristina. **Gestão da Comunicação – terceiro setor, organizações não-governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania**. São Paulo: Atlas, 2006.

DAGNINO, E (Org.). **Anos 90 – Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994

DAMANTE, Nara; NASSAR, Paulo. Uma parte pelo social. *Revista Brasileira de Comunicação Empresarial*. São Paulo, ano 12, n. 44, 3. trim. 2002, p. 10-18

FISCHER, Rosa Maria. **Alianças estratégicas intersetoriais para atuação social**. São Paulo: CEATS - FIA/USP e Ford Foundation, 2003 (resultado de pesquisa).

FISCHER, Rosa Maria. **Desafio da Colaboração – Práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. 1ª. ed. São Paulo: Gente, 2002

GUIA DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA. *Exame*. São Paulo, p. 22-24, dez. 2002. Edição especial.
http://www.jornadaempresarialaapsa.com.br/download/arq_104.pdf. Acessado em 15/02/06.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º setor: desenvolvimento nacional sustentado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

KAPLAN, Allan. **Artistas do invisível – processo social e o profissional de desenvolvimento**. 1ª. ed. São Paulo: Peirópolis, 2005.

LANDIM, L; SCALON, M.C. **Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MOTTER, Maria Lourdes. *Economia solidária: cooperativismo e organizações não-governamentais* in: FIGARO, Roseli (org). **Gestão da comunicação – no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo** – São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. **O protagonismo dos cidadãos e suas organizações**: um fenômeno recente, massivo e global. Disponível em: <http://www.rits.org.br/idac.rits.org.br/idac_abertura.htm>. Acesso em: 05 abr. 2006

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**. Comunidade, mídia e globalismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Record, 2000.

SALAMON, L.M.; ANHEIER, H.K. In search of the non-profit sector. I: The question of definitions. *Voluntas – International Journal of Voluntary and Non-Profit Organisations*, Manchester, Inglaterra, Manchester University Press, v. 13, n. 2, 1992, p.125-152.

SANTIAGO, Claudia; GIANOTTI, Vito. **Comunicação sindical**. A arte de falar para milhões. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a democracia* – in: HELLER, Agnes e outros – **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, 40.

SCHAFF, Adam. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra: Almedina, 1976

SINGER, Paul. **A crise do ‘milagre’**. Interpretação crítica da economia brasileira. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da informação ou da comunicação**. São Paulo: Cidade Nova, 1996.

SORMAN, Guy. **A solução liberal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003

TERRA, Carolina Frazon. **Tudo pelo social – a responsabilidade social como uma das atribuições de relações públicas**. ECA / Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, USP. 2006

VIEIRA, Toni A. S. **Comunicação sindical**. Canoas: Ulbra, 1996